

Submetido em: 30 abr. 2024

Aceito em: 05 set. 2025

A desalienação do negro: reflexões sobre educação em diálogo com Frantz Fanon

The De-alienation of the Black Person: Reflections on Education in Dialogue with Frantz Fanon

Neville Santos¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)

Thiago Carvalho²

Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

O presente artigo contempla uma proposta de diálogo com as ideias de Frantz Fanon visando pensar a educação no nosso tempo. Baseando-se sobretudo no livro *Pele negra, Máscaras brancas* - um clássico sobre a sociogênese da colonização, da identidade negra enquanto alteridade do branco, dos complexos de inferioridade e superioridade, das condições materiais e dos processos de subjetivação da racialização - e em autoras e autores importantes nos estudos sobre racismo e sobre educação, pretendemos refletir sobre como a noção de alienação em Fanon nos permite elaborar uma compreensão acerca dos processos de desumanização implicados no colonialismo. A linguagem, a identidade e a produção do sujeito no contexto colonial e neocolonial são categorias incontornáveis para elaborar um diagnóstico sobre a educação no contexto contemporâneo, considerando o atual ciclo do capitalismo. Recuperamos, na elaboração do autor, a noção de dupla alienação do negro para elucidar o diagnóstico, bem como a forma pela qual ele recupera a noção de práxis dialética para pautar as possibilidades de superação da estrutura racista-colonial-moderna, na direção de um humanismo radical.

Palavras-chave: Frantz Fanon. alienação. colonialismo. humanismo. educação

ABSTRACT

This article contemplates a proposal for dialogue with the ideas of Frantz Fanon, aiming to think about education in our time. Based mainly on the book *Black Skin, White Masks* -

¹ E-mail: neville.santos@ifg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8831-6231>.

² E-mail: thiago_mcarvalho@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3842-3717>.



a classic on the sociogenesis of colonization, black identity as white alterity, inferiority and superiority complexes, material conditions and processes of subjectivization of racialization - and other important authors in studies on racism and education, we intend to reflect on how the notion of alienation in Fanon allows us to develop an understanding of the processes of dehumanization involved in colonialism. Language, identity and the production of the subject in the colonial and neocolonial context are unavoidable categories for developing a diagnosis of education in the contemporary context, considering the current cycle of capitalism. We recover, in the author's elaboration, the notion of double alienation of black people to elucidate the diagnosis, as well as the way in which he recovers the notion of dialectical praxis to guide the possibilities of overcoming the racist-colonial-modern structure, towards a radical humanism.

Keywords: Frantz Fanon. alienation. colonialism. humanism. education.

O que quer o homem?
O que quer o homem negro?
(Fanon, 2020, p. 21).

A NOÇÃO DE ALIENAÇÃO EM FANON: COLONIALISMO, RACISMO E IDENTIDADE

Ao começar sua reflexão introdutória em *Pele negra, máscaras brancas* com essas duas questões, Fanon dá o tom da complexidade da análise que se propõe a desenvolver. É em meio a esta complexidade que nos dispomos aqui a dialogar com o seu pensamento para fertilizar uma compreensão do fenômeno educacional, sua relação com a alienação produzida pelo colonialismo e seu potencial de rompimento com as estruturas racistas. Após citar Aimé Césaire, sobre a inculcação do medo, do sentimento de inferioridade, da subserviência e do desespero no negro colonizado por parte do branco colonizador, o autor afirma que o negro³, no mundo criado pelo branco, é destinado à zona do não ser. Define a zona do não ser como uma

³ Ao longo do texto utilizaremos o termo “negro”, tal como usado por Fanon, para nos referirmos ao conjunto das pessoas racializadas como negras nos contextos afrodiaspórico resultantes do processo colonial e neocolonial. Cientes das implicações interseccionais do seu uso na contemporaneidade, ainda assim optamos por utilizá-lo para marcar o diálogo com a obra do próprio autor e por não haver aqui espaço para uma discussão mais aprofundada a esse respeito.

zona “estéril e árida” (Fanon, 2020, p. 22), uma zona não determinada previamente, mas da qual pode emergir uma experiência autêntica. É a zona que encerra a contradição, a liberdade, sem verdades absolutas. Não determina a impossibilidade do sujeito mas, ao contrário, implica a abertura total, que ameaça qualquer pretensão de determinismo. A zona do não ser se opõe à zona do ser, que é a do branco, do intrinsecamente humano, preso na sua pretensão de racionalidade, universalidade e superioridade, uma zona limitada que ao estabelecer as suas fronteiras, nega tudo o que está fora. A zona do não ser, na sociedade ocidental racista, é negativada, enquanto a zona do ser é positivada. Fanon, de início, demonstra quão limitada e autorreferenciada é a base discursiva na qual o racismo se assenta.

O branco cria o negro, encerrando-o nos estereótipos construídos especialmente para ele, ao mesmo tempo em que encerra-se na própria presunção de superioridade. Fanon pretende, ao apontar o caráter relacional desse processo, fazer a crítica da identidade branca em seus pressupostos e consequências, mas também fazer a crítica da identidade negra, tal qual designada pelo branco, porque o objetivo dela é aprisionar o negro. Por isso, afirma que “quem adora os negros é tão ‘doente’ quanto quem os execra” (Fanon, 2020, p.22). Para o negro, portanto, não cabe buscar o branqueamento. Ao contrário, cabe lutar contra essa dupla redução, a do branco e a do negro, sem, no entanto, reificar e essencializar a sua identidade negra. Contudo, não é possível alcançar a liberdade sem reconhecer essa diferença e sem valorizar positivamente as características da identidade negra que o colonizador construiu e designou negativamente. Trata-se da práxis dialética de abraçar a identidade negra sem se encerrar nela, como um primeiro esforço antitético de denunciar o estratagema racista, mas tendo a correta noção da necessidade de construir, como síntese, um horizonte humanista radical em que as diferenças não se traduzam em inferioridade e indignidade. A posição de Fanon, portanto, é em favor de uma saída dialética para o problema do negro.

Fanon realiza uma análise do processo de construção da identidade que

fundamenta a relação negro-branco. Para ele, há um duplo narcisismo, uma vez que “o branco está encerrado na sua brancura” e “o negro na sua negrura” (Fanon, 2020, p.23). O autor se dedica a buscar as motivações dessa relação, que classifica como patológica. Os pressupostos elencados para essa compreensão são: a) no contexto colonial, o negro quer ser branco; b) o branco se empenha em atingir e reafirmar a sua condição humana; c) os brancos fazem isso em detrimento da identidade negra e, por isso, se consideram superiores aos negros; d) os negros reagem e se empenham em demonstrar aos brancos que seu pensamento e seu valor são equiparáveis, sem conseguir romper totalmente essa hierarquia. Escapar desse círculo vicioso depende de uma compreensão profunda da situação colonial. E o ponto de partida adotado pelo autor é a análise psicanalítica das anomalias afetivas por trás desse complexo.

Ele considera que a liberdade depende da capacidade do colonizado de, ao tornar-se sujeito, “assumir o universalismo inerente à condição humana” (Fanon, 2020, p. 24). Esse universalismo se difere e se opõe ao universalismo burguês-iluminista, que fundamentou a colonização. Trata-se de uma equivalência radical entre os seres humanos que não tolera distinções essencialistas, como o universalismo burguês-iluminista tolerou e, mais, se alimentou da distinção entre colonizador e colonizado. A verdadeira liberdade é possível apenas pelo humanismo radical, mas só é possível chegar a este na medida em que a condição colonial for superada, ou seja, na medida em que o branco não seja mais o único destino a ser perseguido pelo negro.

Embora Fanon deixe nítido que seu objetivo, em *Pele negra, máscaras brancas*, é realizar um estudo clínico, uma análise psicológica da condição colonial e da relação negro-branco, já na introdução ele elabora uma crítica à psicanálise freudiana, indicando os fundamentos sociológicos e filosóficos da sua análise psicanalítica. Segundo ele, a substituição feita por Freud da perspectiva filogênica pela perspectiva ontogênica, em outras palavras, a substituição de uma abordagem histórico-evolutiva pela análise da trajetória individual-familiar como fundamento para a compreensão da psique humana, resultou em uma abordagem individualista que não dá conta da questão da

alienação resultante da colonização. Para Fanon, mesmo a compreensão clínica da relação branco-negro não pode prescindir da consideração das estruturas sociais mais amplas e arraigadas. “Veremos que a alienação do negro não é uma questão individual. Além da filogenia e da ontogenia, existe a sociogenia” (Fanon, 2020. p.25). Ou seja, há que se levar em conta necessariamente as influências recíprocas das relações e interações sociais nas quais essas identidades são construídas. Só é possível chegar a essa compreensão, segundo Fanon, por meio de um sociodiagnóstico. Aqui chegamos na análise propriamente sociológica feita pelo autor, que é o que nos interessa neste artigo.

Ao defender essa postura teórica e metodológica, Fanon desafia o edifício racional cartesiano iluminista que cinde sujeito e objeto, concreto e abstrato, indivíduo e sociedade. Compreendemos que o autor, inclusive, lida com uma questão que atravessa a Filosofia e as Ciências Sociais no século XX, que é a relação entre agência e estrutura, buscando superar essa dicotomia. Assim como a existência humana depende da influência recíproca entre os indivíduos e grupos sociais, não se pode olvidar o condicionamento mútuo e dinâmico entre as dimensões mais objetivas da vida social e a esfera mais subjetiva. Historicamente, não é possível uma análise unilateral. Como consequência, “qualquer libertação unilateral será imperfeita...” (Fanon, 2020, p.25). Em outras palavras, a superação do racismo não pode se dar somente no plano das consciências individuais, tampouco acontecerá como uma transformação institucional vinda de cima para baixo. Aqui, Fanon desafia a arquitetura do pensamento europeu, baseado em distinções binárias, ao propor a integração entre a compreensão da construção da subjetividade do sujeito e o entendimento da construção histórica das estruturas sociais. De um lado, Freud e a subjetividade. De outro, Marx e a estrutura produtiva. Buscar uma análise ampla conectando a estrutura social e sua historicidade, de um lado, com a particularidade e a subjetividade, de outro, é uma postura que exige sólidos fundamentos teóricos.

A realidade, ao menos desta vez, exige compreensão total.

Uma solução deve ser apresentada tanto no nível objetivo quanto no subjetivo. E não adianta vir proclamar com ares de ‘caranguejo-violinista’ que o que é necessário é salvar a alma. Somente haverá desalienação genuína na medida em que as coisas, no sentido mais materialista possível, tiverem voltado ao seu lugar (Fanon, 2020. p. 25-26).

O diagnóstico clínico da patologia, portanto, não será suficiente. Será preciso uma consideração da totalidade das relações - aqui a influência de Marx se faz nítida - para que se possa levar adiante uma análise sociogenética. “Voltar ao seu lugar” pode ser compreendido como restituir o valor a quem produz. Essa análise não pode prescindir do papel da transformação material da vida social, uma vez que o próprio autor afirma que o complexo de inferioridade do negro advém, em primeiro lugar, do processo econômico - sequestro, escravização, exploração, subjugação material - seguida do que ele chama de “epidermização da inferioridade” (Fanon, 2020, p.25), ou seja, um processo de subjetivação e interiorização da dominação racial e de classe, acompanhado da exteriorização dessa condição pelo corpo negro que está no mundo. A dimensão psicológica se revela na medida em que a interação entre brancos e negros, nos termos definidos pelo colonialismo, resulta no acometimento em massa de um complexo psicoexistencial. Aqui aparece a terceira influência que confere originalidade à empreitada de Fanon, que é o encontro entre o existencialismo e a fenomenologia, especialmente elaborado por Sartre e Beauvoir (Faustino, 2022). A experiência vivida do negro revela o processo conflituoso de construção de uma identidade negra em uma sociedade pensada pelo branco e para o branco. “A civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial [...] aquilo que é chamado de alma negra é uma construção do branco” (Fanon, 2020, p.27-28).

Essa é a sociogênese da alienação, conceito que nos interessa de modo especial aqui. Fanon entende que a alienação consiste em um duplo processo de mistificação, ou seja, da construção histórica de relações baseadas em valores arbitrários justificadores do humanismo exclusivista branco-europeu. Nesse processo, o negro é mistificado, é inventado pelo branco como figura de

alteridade, mas não de uma alteridade humanizada, e sim uma alteridade destituída de todas as características desejáveis aos olhos dos brancos europeus. Por outro lado, ao criar a figura mistificada do negro, o branco também mistifica a si mesmo, prendendo-se em uma autoimagem de superioridade que não encontra parâmetro de confirmação sob nenhuma ótica que não a do próprio branco. A alienação consiste, portanto, nessa mistificação negadora da humanidade para os negros e fiadora da ilusão de superioridade dos brancos. Essa mistificação interdita a possibilidade de autodeterminação dos negros como sujeitos da sua própria história, como também confere ao branco a certeza de que a civilização resulta e depende de sua capacidade de conduzir o seu próprio destino e o destino dos “outros” (Santos, 2005; Souza, 2021; Carneiro, 2023).

Fanon identifica o poder que esse processo de alienação exerce sobre as relações raciais ao constatar que, se o racismo perdura por tanto tempo, é porque foi capaz de se constituir como “normalidade”, de se entranhar no inconsciente, nos valores e nas estruturas sociais mais arraigadas. Não basta dizer que o racismo resulta da deficiência cognitiva, do desvio moral ou da falta de amor dos sujeitos brancos, e que deve ser erradicado por meio da erradicação dos comportamentos derivados dessas “patologias sociais”. Ainda que o racismo que se queria científico não tenha suportado os mais elementares questionamentos verdadeiramente científicos, o racismo persiste. De onde vem, então, essa renitência? Fanon não vacila: a tarefa é demonstrar que o racismo deriva do colonialismo e que a sua superação depende da superação completa da situação colonial. É preciso, então, libertar o negro do complexo resultante da colonização. Nisto consiste o processo de desalienação do negro: não mais se permitir ser escravo dos arquétipos impostos pela colonização.

A alienação, originada no processo de colonização, se expressa, entre outras dimensões, na linguagem. Para Fanon (2020), o domínio da linguagem passa não somente pela apropriação da sintaxe e da morfologia da língua, mas também pela apropriação dos elementos centrais da cultura expressa por essa língua. A inserção em um contexto linguístico equivale à inserção na

civilização da qual ele é parte. A construção da identidade, portanto, passa necessariamente pela linguagem. No contexto colonial, a construção racializada da identidade negra implica uma partição da dimensão da experiência relacional. O negro se vê diante da necessidade de se comportar de forma diferente se está na presença do branco colonizador ou de outro negro colonizado. Fanon, mais preocupado com a discussão da linguagem focada na língua, exemplifica o contexto da Martinica para dizer que, se o racismo leva o negro a querer ser branco, a proximidade com o branco passa pela capacidade de incorporar a língua francesa. Ao dominar a língua, o homem negro se sente proprietário do mundo branco expresso por ela. O mesmo vale para qualquer povo colonizado, segundo o autor, que vê na imposição da língua do colonizador a imposição da cultura e dos valores da metrópole. Abraçar os valores metropolitanos aparece então, para o colonizado, como uma oportunidade de se afastar dos valores imputados à negritude pelo colonizador. A esperança do colonizado em superar a colonização encontra na possibilidade do domínio da língua uma porta para a reconciliação, antes aparentemente impossível.

Fato é, nos mostra, Fanon (2020), que o domínio da linguagem do colonizador pode até criar chances para que os negros acessem até certo ponto alguns lugares na estrutura institucional erigida pelo branco. Mas nunca é suficiente para superar a estrutura racializada como um todo. Aspirar a incorporação da linguagem do branco como sinal de civilização implica aspirar a apropriação da racionalidade que o branco criou para dar sentido à sua autoimagem inflada e ao seu ímpeto de dominação. Mas acessar as instituições brancas não exime o negro de continuar sendo classificado nos mesmos estereótipos coloniais. Dominar a filosofia europeia ou a ciência europeia não liberta o negro do jugo racista, pois foi em nome dessa filosofia e dessa ciência que o branco julgou racional e justo escravizar e exterminar os negros nas colônias.

Vemos, portanto, que a linguagem é elemento essencial do projeto colonial produtor da alienação, é por meio dela que o processo de racialização é subjetivado (Carneiro, 2023). Por outro lado, a linguagem também é parte

essencial da luta contra essa mesma alienação, uma vez que o seu domínio por parte do colonizado o permite compreender, navegar e hackear o sistema que o domina, por dentro. Não sem contradições, já que o negro que domina o código do branco é visto com desconfiança tanto pelos brancos quanto pelos negros: aos primeiros, aparece como uma ameaça, aos segundos, aparece como um potencial traidor. Considerando a centralidade da linguagem no fenômeno educacional, notamos que, para Fanon, ao negro cabe a árdua tarefa de equacionar-se entre os dois mundos: dominar a linguagem do branco, sem idealizá-la, mantendo-se conectado com as expressões comunicacionais e linguísticas dos seus semelhantes, sem também reificá-las.

Sobre o pensamento de Fanon, nesse aspecto em especial, cabe um paralelo com o que formulou Du Bois (2021), quando desenvolveu a compreensão de que brancos e negros, embora habitem o mesmo mundo, parecem separados pelo véu construído pelo racismo, que impede o negro de ser visto como realmente é, mas que também o impede de ver o mundo como ele é, uma vez que interdita sua experiência plena diante desse mundo. Ao criar o mundo negro, o branco segrega os dois mundos, separados pelo véu do racismo. Por outro lado, a necessidade do negro estar no mundo inventado pelo branco o leva a uma dupla consciência, uma consciência cindida que o conduz a se compreender como um ser no mundo, mas um ser limitado pela sua negritude. Ser cidadão, mas ser negro. Ser humano, mas ser negro. Essa conjunção adversativa renitente guarda essa dupla consciência, que só pode ser recuperada pela construção de uma consciência de si, por si e para si (Du Bois, 2021). Para Fanon, em uma compreensão mais radical, o colonialismo cria o que chama de duplo narcisismo. O branco cria um ideal exclusivista de humanidade fundada nele próprio. Tudo que assume um valor de humanidade é ligado ao branco e o negro é excluído dessa noção. Resta ao negro, para aspirar à humanidade, tentar se embranquecer. Embora alguns consigam acessar certos lugares sociais demarcados pela racialização, os negros não alcançam o status de humanidade. Ao perceberem essa interdição, alguns passam a se identificar exclusivamente com que é compreendido como mundo negro, até que percebem que a definição do que é negro também é uma

formulação do branco. Embora incontornável na produção dialética da identidade, esse processo de desenvolver uma identidade negra em contraposição ao branco é apenas uma etapa da superação do racismo, que só poderá ser alcançada quando a superação do colonialismo permitir transcender as divisões raciais essencializadas (Faustino, 2022).

A alienação perpassa, portanto, o processo de construção das identidades raciais. As características que definem o “ser branco” são construídas arbitrariamente pelo contraste com o “outro”. No contexto colonial, esse outro é o negro. Esse contraste obedece a um raciocínio maniqueísta de presença/ausência, positivo/negativo, desejável/indesejável, de modo a reduzir o mundo, a reduzir o espaço para a elaboração criativa da existência individual e coletiva. Essa dicotomia assume um caráter vertical ao ser convertida em uma hierarquia, em que o polo branco se coloca como superior. O ideal do eu passa a ser o objetivo a ser alcançado, mas a distância a ser percorrida até esse ideal, para os negros, é uma barreira intransponível. A hierarquia se replica simultânea e combinadamente no campo moral, econômico e estético, que se reforçam mutuamente, de modo que a brancura corresponde quase inequivocamente ao conforto material, à beleza, à normalidade, enquanto a negrura corresponde, antiteticamente, à pobreza, à feiura e ao desvio. Da escola ao mercado de trabalho, da religião à arte, todos os campos da vida social são perpassados por essa divisão maniqueísta, esse véu, que aprisiona negros e brancos no duplo narcisismo. A identidade do negro, nesse sentido, é sempre pressionada pela ideologia do branqueamento. A promessa do paraíso, da superação da linha de cor, da reconciliação, contudo, não passa de promessa, por mais que o negro abrace essa ideologia. Por mais alto que possa ascender um negro na hierarquia institucional branca, o preconceito ainda estará lá. A discriminação e a desigualdade, frequentemente, serão ainda maiores nesses casos, em que o negro habitará o bairro nobre do mundo dos brancos (Nunes; Santos, 2017; Rocha, 2015; Figueiredo, 2012).

A ideologia do branqueamento impulsiona a introjeção da inferioridade por parte do negro. Esse é um movimento de fora pra dentro. Como nos alerta

Fanon (2020), a alienação do negro está relacionada a patologias sociais. O fenômeno da mestiçagem, especialmente no caso brasileiro, é elucidativo do poder da ideologia do branqueamento, que resiste aos laços afetivos interracialis. Corolário da ideologia do branqueamento, a mestiçagem também está na base do nosso racismo por denegação (Gonzalez, 2020), aquele em que as elites brancas negam o fenômeno para afastar a crítica, evitar a revolta e manter a sua efetividade preservada, seja no plano material, seja no plano simbólico. Essa omissão é a base da democracia racial, a democracia do racismo sem racistas (Bonilla-Silva, 2020), capaz de atenuar a barbaridade do genocídio do negro (Nascimento, 2016).

A construção da identidade branca tem como substrato o ódio ao negro. Entretanto, Fanon (2020) assevera que esse ódio não é espontâneo no branco. Em algum momento, a percepção, ainda que rara, de privilégio do branco em relação ao negro leva aquele a um sentimento de culpa. A compensação que afastará do branco a culpa é a atualização do ódio, esse ódio cotidiano que se revela de diferentes formas, desde o sentimento de segurança, regozijo, alívio ou mesmo diversão do branco em ver o negro controlado pelas forças de segurança pública, até o prazer sádico e o sentimento de vingança do branco diante do linchamento do negro - seja esse linchamento físico, moral ou psicológico - comum não apenas no contexto colonial, mas também na contemporaneidade, vide os programas policiaiscos e sensacionalistas, sucesso de audiência mesmo entre as massas mais pauperizadas. O ódio passa a guiar o sujeito. Mais que isso, segundo Fanon (2020), o sujeito torna-se o próprio ódio, e a força desse comportamento contribui para manter a culpa guardada no inconsciente branco pois, uma vez que tudo é em nome da segurança, da integridade física e da dignidade branca.

Eles querem que alguém que vem de onde nós vem
Seja mais humilde, baixe a cabeça
Nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda
Eu quero é que eles se foda (Mandume..., 2015).

A identidade negra é forjada sobre essa pressão para que o negro seja

capaz de “fugir da sua individualidade, de anular sua presença” (Fanon, 2020, p. 74). Como cantou Emicida (2015), a cabeça baixa e a “humildade” deferente são comportamentos esperados de um negro que aceitou o seu lugar, o “lugar de negro” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022), na estrutura social racista. “[...] o negro inferiorizado vai da insegurança humilhante, passando pela autoincriminação ressentida, até o desespero” (Fanon, 2020, p.74). Tal situação produz um hiato, segundo o autor, uma zona em que o reconhecimento não existe. A autodepreciação resulta desse círculo vicioso que faz com que o negro se comporte em face do branco com receio de se mostrar como é, com medo de desapontar, desagradar, incomodar, perdendo assim a chance de estabelecer um laço de “simpatia” com o outro. Esse mundo criado pelo branco com base nessa assimetria de poder não pode ser rompido pelo indivíduo negro, num ato de tomada de consciência puramente individual. A identidade negra e a identidade branca criadas nessa relação são produto da interação entre a subjetividade e a dimensão objetiva da vida social. Para Fanon (2020), o primeiro passo implica tornar-se consciente desse desejo inconsciente de tornar-se branco. Em seguida, colocar-se como sujeito diante do conflito que essa tomada de consciência gera. Esse movimento é necessário para alcançar a solução, que “implica uma reestruturação do mundo” (Fanon, 2020, p. 95).

Se apropriando de algumas das reflexões de Jean-Paul Sartre, Fanon (2020) vai assumir a posição de que a afirmação da identidade e da superioridade branca pelos brancos será um dos termos e a afirmação da identidade negra positivada pelos negros será o termo oposto da relação dialética, cuja síntese é a superação da racialização. A negritude busca se contrapor e superar a branquitude para, ao fim, superar a si mesma. Essa superação passa pela mudança material da estrutura social, mas também pela afirmação do sujeito negro na sua particularidade. O racismo reduz, encalacra os negros em uma única identidade. Essa homogeneização está na base da reificação da identidade negra.

A mediação entre a análise psicanalítica e a análise marxista, em Fanon, está na incorporação da perspectiva existencialista e fenomenológica.

Compreender o racismo passa pela perspectiva da experiência vivida do negro (Fanon, 2020; Souza, 2021). Os sentidos estabelecidos nas interações guardam relação tanto com a base material da sociedade quanto com a formação da psique. O sentimento de frustração do negro diante da objetificação imposta pela lógica colonial impede que ele estabeleça uma relação autêntica com o mundo. Mais que isso, a experiência vivida do negro esbarra na animalização, na desumanização, na objetificação constante, na superexploração. Assim, o autor entende que qualquer ontologia é irrealizável em uma sociedade colonial. Os arquétipos construídos pelo colonizador impedem que os negros se reconheçam na própria trajetória, porque se encontram diante de dois sistemas de referência distintos que entram em contradição: sua metafísica, de um lado, e a civilização branca, de outro.

A desigualdade se imprime no que Fanon (2020) chama de esquema corporal negro, que remete ao saber implícito que situa o Eu enquanto corpo no interior de um mundo espacial e temporal. O corpo é a mediação dialética entre o Eu e o mundo. O racismo interdita essa dialética mediada pelo corpo negro na medida em que o vincula à inferioridade, contraponto da identidade branca idealizada. O corpo negro se torna a violência corporificada, porque foi violentado pelo olhar branco, mas também porque se espera dele sempre uma reação violenta. É como se a civilização fosse a extensão do corpo branco, enquanto no corpo negro ela seria uma força que atua de fora para dentro. E não importa o quanto o negro busque o ideal civilizacional branco. Qualquer promessa de reconhecimento serve apenas ao controle psicológico e simbólico, uma tentativa de impedir a “explosão”. Esperam do negro que aja não como um homem, mas como um homem negro. Para tentar frustrar essa expectativa, o negro busca o ideal branco. Nesse dilema, a autonomia e a autoconfiança do negro são minadas. Se a escravidão não é mais possível e a violência direta não é a alternativa viável, a inferioridade do negro é transferida, entre outras formas, para a piada, para o gracejo, para a anedota, naquilo que Moreira (2019) conceitua como racismo recreativo.

Essa negação do reconhecimento torna impossível que o negro se

desprenda do complexo a ele imputado. Então, é aí que se torna importante se afirmar negro. “Já que o outro hesitava em me reconhecer, só restava uma solução: fazer com que me conhecessem” (Fanon, 2020, p.130). Essa construção revolucionária da identidade negra positivada, se não pode, por um lado, conduzir a um essencialismo negro sob o risco de reeditar o essencialismo da identidade branca, deve resgatar a possibilidade da construção do esquema corporal negro, essa mediação entre o eu e o mundo, que se reflita na experiência vivida, mas que também permita um devir negro.

O devir negro depende de um aprendizado. Aqui tocamos mais diretamente naquilo que no pensamento de Fanon nos leva à reflexão sobre a educação. Segundo o autor, esse aprendizado tem início quando o negro toma consciência de que muitas das representações construídas pelos brancos que ele admite como se fossem universais e, portanto, também suas, são na verdade falsificações da realidade. Ao rejeitá-las, entretanto, ele encontra muita resistência. Fanon (2020) adverte que essa resistência não equivale à resistência que todo ser humano encontra no processo de adaptação social ao se tornar um membro da sociedade, mas vai muito além, porque se trata de confrontar o inconsciente coletivo. É quando se defronta com o olhar do branco que o negro sente o peso da sua epiderme.

Não se trata, para o negro, de descer ao inconsciente para confrontar o racismo, pois ele vive o drama racial cotidianamente. E é a elaboração desse drama e sua conversão em uma práxis transformadora o fio condutor de uma educação para a desalienação. A formulação dessa questão encontra na música dos Racionais MCs uma expressão bastante ilustrativa da tese formulada por Fanon (2020):

[...] Negro drama
Cabelo crespo e a pele escura
A ferida, a chaga, à procura da cura
[...] Sente o drama
O preço, a cobrança
No amor, no ódio, a insana vingança

Negro drama

Eu sei quem trama e quem tá comigo
O trauma que eu carrego
Pra não ser mais um preto fodido

[...] Recebe o mérito a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros e escritos
Não é conto nem fábula, lenda ou mito (Negro..., 2002).

Como o drama racial tem lugar a céu aberto, o negro não tem tempo de o ‘inconscientizar’. O branco, por outro lado, em certa medida consegue fazê-lo; é porque ocorre a aparição de um novo elemento: a culpa. O complexo de superioridade dos negros, seu complexo de inferioridade ou seu sentimento igualitário são conscientes. A todo momento, eles os transpõem. Eles vivem o seu drama. Não ocorre entre eles a amnésia emocional que caracteriza a neurose típica (Fanon, 2020, p.165-166).

Uma educação para a desalienação não pode ignorar que a visão de mundo da coletividade é construída pelo conjunto das práticas e representações presentes na literatura, nos jornais, na música, nos livros didáticos, na propaganda, no cinema, no rádio e, hoje, necessariamente, na internet. Esse fluxo lento, constante e insidioso de informações participa simultaneamente da construção da subjetividade do indivíduo e da reprodução das estruturas sociais. Aliás, as representações sobre o negro trazem um grau de complexidade considerável ao debate. Ao exotizar o negro, transformá-lo em selvagem, criar estereótipos de lascívia, violência e descontrole ligados à sua sexualidade, muitos literatos, cineastas e marqueteiros brancos revelam uma mistura de fobia e curiosidade. Se interessam por tudo que é negro, menos pelo próprio negro. Negam, assim, sua condição de sujeito, ao prendê-lo no arquétipo construído pela cultura branca europeia.

Almeida (2019), a respeito das instituições, argumenta na mesma direção ao dizer que elas, em seu funcionamento normal, são racistas, reproduzem o racismo. A interrupção desse ciclo depende de uma transformação institucional ampla, que responda também por uma transformação econômica e política. As instituições funcionam envoltas em uma consciência moral que se vê na necessidade de expurgar o que considera

sórdido e indesejável. A situação colonial despeja em cima do negro toda essa carga negativa, do pecado, da maldade, da promiscuidade, fazendo dele o bode expiatório. Fanon retoma a perspectiva sociogênica ao afirmar que não basta a integração com o branco para resolver a questão racial. O colonialismo e seu corolário, o racismo, só podem ser superados com a superação da escravização e da exploração capitalista colonial.

[...] Não foi sempre dito que preto não tem vez?
Então olha o castelo e não
Foi você quem fez, cuzão

Eu sou irmão do meus truta de batalha
Eu era a carne, agora sou a própria navalha
Tim-tim, um brinde pra mim
Sou exemplo de vitórias, trajetos e glórias (Negro..., 2015).

O reconhecimento correto da inteligência e do trabalho da população negra empregado na construção econômica e cultural do país torna-se um pressuposto para a transformação da identidade negra. Reconhecer a sua autoria, a sua ação transformadora e edificadora, compreendendo que aquilo que o branco reivindica como seu universalismo particularista é uma construção coletiva, com participação integral e ativa do negro. A transformação de carne em navalha marca a passagem de objeto a sujeito, processo que uma educação antirracista deve perseguir. A celebração das próprias realizações identificadas como vitórias e glórias é uma atitude negada aos negros historicamente. Não se trata de ignorar as contradições mas, ao reivindicar uma identidade positiva, tanto Fanon (2020) quanto os Racionais MCs (2002) demonstram que a autenticidade e a autoestima negra passam por esse processo de desalienação, e que “descer aos próprios infernos” é condição essencial para o conhecimento da realidade e a produção de um discurso sobre si.

EDUCAÇÃO NEOLIBERAL E NEOCOLONIALISMO

A obra de Franz Fanon, à primeira vista, parece não estar associada à educação e suas correlações, de certo que o autor não abordou temas como

didática, avaliação, métodos de ensino, entre outras categorias tradicionalmente associadas ao campo, sua perspectiva é (à priori) psicanalítica e filosófica como vimos anteriormente. Contudo, a sociogenia galgada por Fanon - presente de maneira explícita no *Pele negra, máscaras brancas* e nas demais obras de maneira indireta, sendo o fio condutor do pensamento fanoniano, como indica Faustino (2018, p. 150) - é por excelência mais ampla e complexa do que a categorização de ordem cartesiana, ou seja, a estrutura teórica de Fanon supera as classificações do velho mundo, ao mesmo passo que as desnuda. Portanto, se observadas corretamente, suas contribuições possuem caráter multidisciplinar, perpassando não apenas a psicanálise e o ser como tópicos centrais, mas também a cultura, a sociedade, a política, a história etc. Ainda que ninguém houvesse solicitado tais escritos:

“Por que escrever essa obra? Ninguém me pediu que fizesse. Muito menos aqueles a quem ela se dirige. E então? Então respondo calmamente que existem imbecis demais neste mundo. E, tendo dito isto, compete a mim demonstrá-lo.” (Fanon, 2020, p. 21).

Por que escrever essa obra? Ninguém me pediu que fizesse. Muito menos aqueles a quem ela se dirige. E então? Então respondo calmamente que existem imbecis demais neste mundo. E, tendo dito isto, compete a mim demonstrá-lo (Fanon, 2020, p. 21).

Ao demonstrar os imbecis e a imbecilidade do mundo posto, Fanon toca em questões inadiáveis, como o condicionamento do negro, preso em sua negrura e o do branco, preso em sua brancura, ao passo que ambos são dotados de complexos (Fanon, 2020, p. 23). Essa relação é resultado da colonização, que eleva o branco à esfera humana e rebaixa o negro à selvageria, permitindo assim sua dominação, sua objetificação e tantas outras formas de violência descritas neste artigo.

De fato, a colonização é um tema central para Fanon, pois ela não apenas influencia as estruturas sociais e econômicas, mas também molda as percepções individuais e coletivas. Haja vista que a colonização captura e

determina aspectos objetivos e subjetivos, isto é, influem sobre as mentes e os corpos, constituem a identidade e a compreensão sobre os outros, criam uma hierarquização social pautada nas características fenotípicas, mas também na cultura, operando a partir do complexo de inferioridade. Fanon afirma:

Todo povo colonizado - isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local - se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana (Fanon, 2020, p. 21).

As marcas são tão latentes que, ao abordar as experiências dos antilhanos, senegaleses ou malgaxes, a escrita de Fanon encontra eco em outros povos violentados pela colonização. Esse é um dos motivos que faz sua obra tão relevante no Brasil, sobretudo em reflexões sobre capitalismo, racismo e colonialismo.

Compreendendo que a cultura metropolitana (do colonizador) se impõe sobre a cultura local de vários modos, assumindo uma posição hegemônica, é possível problematizar a gênese da educação formal nos países colonizados. Torna-se oportuno citar a fala de Caliban na peça A Tempestade: “Você me ensinou a tua língua e eu te agradeço: assim posso amaldiçoar-te certo de que você vai compreender-me.” (Santos, 2018, p. 95). Consoante à: “Quando um negro fala de Marx, a primeira reação é a seguinte: ‘Nós os educamos e agora vocês se voltam contra seus benfeitores. Ingratos! Decididamente, não se pode esperar nada de vocês [negros]’” (Fanon, 2020, p. 49). Ou seja, os parâmetros do mundo branco, servirão para sua própria ruína nas mãos do colonizado.

Destarte, o cenário brasileiro é fecundo em exemplos que denotam a dominação colonial através da educação formal, tendo início no período do Brasil Colônia, passando pelo Império, República Velha, até alcançar o contexto contemporâneo, sendo este último o foco do nosso debate. Como o próprio Fanon nos orienta: “A arquitetura do presente trabalho se situa na

temporalidade. Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo.” (Fanon, 2020, p. 27). Então, nossa abordagem contempla o presente. Cientes é claro, da invasão e expropriação do território dos povos originários, do tráfico negreiro, do apagamento sistemático de todo lastro de pertencimento anterior à colônia, da demonização de seus símbolos, da objetificação de seus corpos, da interiorização do complexo de inferioridade, dos trabalhos forçados e castigos desumanos, do estupro, entre outros massacres que permeiam a constituição do Brasil.

Também compreendemos que a colonização consolidou o capitalismo, presente de forma rudimentar durante as relações escravistas e na espoliação de recursos. Posteriormente seu desenvolvimento e seus ciclos, geraram relações de dominação mais complexas e introjetadas, conservando fatores coloniais como o racismo, o monopólio e o patriarcado. Essa nova conjuntura é definida por Lênin (2021) como imperialismo e por Fanon (2022) como neocolonialismo. Agora a metrópole se transmutou em “países de primeiro mundo”, de modo geral são as antigas potências coloniais acrescidas das nações de domínio capitalista. O que não soluciona o “arsenal complexual” (Fanon, 2020) responsável por denegrir (tornar negro) parte da humanidade. Sim, utilizamos denegrir considerando também seu significado formal, isto é, desonrar, difamar e rebaixar, portanto é um termo bastante didático sobre a alteridade construída em torno do negro. Acerca desta questão, Fanon escreve:

Todo povo colonizado - isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local - se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana (Fanon, 2020, p. 21).

Com a consolidação do capitalismo, ganha força a alteridade originada da humanidade (branca), seguindo a lógica colonial e intensificando as desigualdades:

A casta burguesa, essa parte da nação que anexa em seu proveito a totalidade das riquezas do país, por uma espécie de lógica, inesperada aliás, vai se referir a outros negros e a outros árabes com julgamento pejorativo que lembram, em mais de um aspecto, a doutrina racista dos antigos representantes da potência colonial. São ao mesmo tempo a miséria do povo, o enriquecimento desordenado da casta burguesa e seu desprezo explícito pelo resto da nação que vão radicalizar as reflexões e atitudes (Fanon, 2022, p. 166).

A relação entre os países de primeiro mundo e os subdesenvolvidos não revoga a condição metrópole-colônia, muito pelo contrário, desenvolvem-se novos parâmetros de sujeição, vinculados à relação econômica de grande dependência:

Os circuitos econômicos do jovem Estado mergulham irreversivelmente na estrutura neocolonialista. A economia nacional, outrora protegida, hoje é literalmente dirigida. O orçamento é alimentado por empréstimos e doações. Todos os trimestres, os próprios chefes de Estado ou as delegações governamentais vão às antigas metrópoles e a outros lugares em busca de capitais (Fanon, 2022, p.166).

Considerando que Fanon examina o capitalismo do final da década de 50, portanto essa relação de dependência foi se solidificando exponencialmente, tendo como alicerce instituições globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), entre outras, que além da influência econômica, agem também de modo ideológico sobre os sistemas educacionais.

A partir da expansão dessas instituições (na década de 70 adiante), balizando os parâmetros de desenvolvimento de modo global, o capitalismo estrutura um novo ciclo: o neoliberalismo. Visando a substituição do *Welfare State*⁴ no contexto europeu, a nova doutrina busca conduzir não apenas as

⁴ O Estado de bem-estar social ou *Welfare State*, surge como resposta à Crise de 1929, marcada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, falência das empresas e milhares de desempregados. Nesse cenário elabora-se a intervenção do Estado para a recuperação da economia e a garantia de direitos individuais rudimentares. (Fiori, 1997).

relações econômicas, como também a subjetividade dos sujeitos e sua concepção ontológica. Agora não basta o universalismo burguês-iluminista, cria-se uma concepção de mercado da vida e de pessoas-empresas. Neste contexto, de fórmulas globais de eficácia operando segundo a razão neoliberal, se desenvolvem as políticas públicas educacionais no Brasil e no sul global, caracterizadas pela desassociação da educação enquanto direito universal e formação humana para torná-la um mero serviço prestado pelo Estado em concorrência plena com outras instituições (privadas) de mesma natureza de negócio. Essas problemáticas adentram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), currículo e modelo educacional respectivamente vigentes no Brasil.

A DUPLA ALIENAÇÃO DO NEGRO

Vimos que o negro passa por um duplo processo – econômico e epidermizante (Fanon, 2020, p. 25) - gerando assim o complexo de inferioridade. Conforme o capitalismo se desdobra, os processos que são sociogênicos (englobando filogenia e ontogenia) são radicalmente ressignificados – segundo a ideologia neoliberal – para condições meramente individuais e de autoresponsabilização dos processos.

Acerca das imposições neoliberais à educação, apontam Duarte (2001), Freitas (2018) e Laval (2019) novas fronteiras entre a lógica de mercado e a escola, conforme a doutrina elaborada por Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman (Laval, 2019), que naturaliza as desigualdades sociais, desarticula as ações do Estado, cria um campo de competitividade generalizada e dissolve a crítica sobre as relações de poder capitalistas. Desta forma, o indivíduo é compreendido como o único parâmetro de sua realidade social, econômica e política, ignorando assim, as estruturas às quais ele está sujeito. Temos então um apagamento da identidade coletiva, ou melhor dizendo, seu ocultamento. Formulada na colonização, a identidade (racial) define a hierarquização social e condições materiais no sistema capitalista, como expõe Fanon (2022, p. 36):

A causa é a consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente flexibilizadas a cada vez que se aborda o problema colonial (Fanon, 2020, p. 36).

Portanto, a negação da identidade representa um poderoso dispositivo ideológico, o qual impede a compreensão das estruturas racistas em uma sociedade de classes. A concepção burguesa-iluminista do “ser” também é afetada pela racionalidade neoliberal, instaurando uma crise nas concepções humanistas e universais:

A teoria individualista de Hayek, ao mesmo tempo em que naturaliza a sociedade, limita o próprio conhecimento individual. Aliás, é dessa limitação do conhecimento humano (individualizado) que resulta a proposição da inviabilidade de uma direção intencional e racional do conjunto social (Duarte, 2001, p.100).

Neste cenário, com a fundação da “democracia dos consumidores” (Dardot; Laval, 2017, p. 137), promovendo o empreendedorismo como condição humana, o consumo como fundamentação da cidadania, a “meritocracia” como balizador das condições imediatas e a competitividade como lei universal, o negro passa à ser responsabilizado por sua condição, contradizendo a perspectiva de: “(...) não sou eu que crio um sentido para mim mesmo, mas é o sentido que já está lá, preexistente, esperando por mim.” (Fanon, 2020, p. 147).

O negro encontrava-se destituído de sua humanidade nas colônias. Após a libertação, acrescenta-se a marginalização nas relações capitalistas neoliberalistas, significando uma nova barreira objetiva e subjetiva. Por isso, mobilizamos o conceito de dupla alienação. Ou seja, os complexos constituídos ao redor do negro no processo colonial não apenas não foram solucionados como se agravaram, ao passo que as condições materiais tornaram-se o único parâmetro relevante para compreender a vida, a

sociedade e as relações, com o ocultamento da identidade como parâmetro de compreensão das relações e estruturas.

A DUPLA ALIENAÇÃO DO NEGRO NA PRÁTICA

A expansão desse padrão de se pensar e fazer educação, seja dentro de um país, seja ao redor do mundo, num cenário de globalização rentista e tecnológica, permitiu criar “escala de operação”, tornando os processos educativos mais atrativos aos investimentos transnacionais, à atuação de indústrias e prestadoras de serviço dos países centrais, que podem ampliar sua operação também na periferia do sistema - reproduzindo o ciclo de colonização científica, cultural e tecnológica (Freitas, 2018, p. 39).

Evitando abstrações, utilizaremos as reformas dos últimos anos na educação pública brasileira como expoentes da educação neoliberal. Mais do que centrar na Base Nacional Comum Curricular e no Novo Ensino Médio enquanto redação oficial, queremos refletir acerca do currículo oculto (Apple, 2006). Desta forma, poderemos exemplificar a dupla alienação do negro na educação de maneira concreta.

A proposta de criar um currículo que fosse comum a toda a federação não surge com a BNCC. Houve outras medidas semelhantes durante o Estado Novo (1937 a 1945) e na Ditadura Militar (1964 a 1985). Nessas ocasiões, o Governo Federal desenvolveu propostas curriculares comuns às escolas de maneira nacional. Somente com o processo de redemocratização e vigência da Constituição Federal de 1988, quebrou-se a centralização da administração e das diretrizes, sendo divididas entre União, Estados e Municípios (Silva, 2020). Posteriormente na década de 90, surgem políticas públicas educacionais com o intuito de retomada da ingerência federal, essas políticas contemplavam diretrizes, referências curriculares e orientações básicas, é o caso da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacional). Fundamenta-se também neste contexto a implantação de sistemas de avaliação de larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), fomentando uma lógica de *accountability* (Freitas, 2018, p. 9).

O sistema de (auto) responsabilização faz jus à racionalidade neoliberal e expõe as primeiras influências deste ciclo capitalista na educação brasileira, produzindo um ranking acerca do “sucesso” ou “fracasso” do ensino, gerando rivalidade entre as instituições escolares e transformando a educação em um serviço capitalista. Além disso, a escola nesta concepção, centra seus objetivos pedagógicos nas métricas de desempenho globais, negligenciando por vezes a emancipação e o combate às desigualdades.

No início do século XXI erguem-se governos democráticos de linha progressista em muitos países da América Latina – incluindo o Brasil no pleito de 2002 – com isso, criou-se a ilusão que o neoliberalismo havia sucumbido ao momento desenvolvimentista (Freitas, 2018), todavia não se considerou naquele contexto a avalanche reacionária que estaria por vir, patrocinada pela classe burguesa em resposta aos avanços sociais e tentativas de reparação histórica, sobretudo as educacionais. São exemplos desta nova agenda educacional o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (Lei 10.639/03) e seus parâmetros curriculares e, posteriormente, a criação das ações afirmativas, como a lei de cotas para ingresso no ensino superior público (Lei 12.711/12). Conquistas dos movimentos sociais negros organizados ao longo de todo o século XX, tais dispositivos legais e curriculares expressam no plano formal o programa político oposto ao currículo neoliberal representado pelo movimento negro educador (Gomes, 2017).

Se no século passado as ditaduras latino-americanas receberam apoio do mercado estrangeiro imperialista para pôr em curso um projeto societário que interessasse a ambos, hoje este mesmo mercado requer o monopólio desse campo, seus agentes utilizam-se das estruturas políticas para reformular a educação conforme a razão neoliberal. A última versão da BNCC foi constituída desta maneira, sob o controle dos grupos de influência advindos do mercado, que mudaram os rumos da educação brasileira (Silva, 2020; Alves; Oliveira, 2022). Decorrente da BNCC e da Lei nº 13.415/2017, o Novo Ensino Médio (NEM) consolida a proposta neoliberal na prática escolar, afinal se muda o currículo, reorganiza a grade disciplinar e implementa habilidades

e competências visando as demandas contemporâneas do “mercado”, ainda que se mantenham — de forma bastante secundarizada — referências a um currículo pretensamente antirracista.

Trazemos o NEM como exemplificação prática da dupla alienação do negro, pois compreendemos que é uma proposta de coisificação do humano. Humanidade, à qual o negro não pertence (conforme o ideário burguês-iluminista), trazendo à tona o grande dilema de “branquear-se ou desaparecer” (Fanon, 2020, p. 114) e distanciando o negro da tomada de consciência de outra maneira de existir. Como mencionado por Fanon, “[...] meu objetivo será, uma vez elucidados os motivos, colocá-lo [o negro] em condições de escolher a ação (ou a passividade) diante da verdadeira fonte conflitual — isto é, diante das estruturas sociais” (Fanon, 2020, p. 114).

O ocultamento da identidade negra e a falta da problematização das estruturas sociais durante a formação escolar não permitirá que o aluno assimile (e contraponha) que: “nos Estados Unidos os negros são segregados. Na América do Sul, grevistas negros são açoitados nas ruas e metralhados. Na África Ocidental, o negro é uma besta.” (Fanon, 2020, p. 128).

Não coincidentemente, o educador brasileiro Paulo Freire desenvolve a *Pedagogia do Oprimido* (2022) sem negligenciar a realidade concreta do estudante, pelo contrário, a tomada de consciência acerca do mundo constitui um ponto basilar de seu pensamento. Entre seu arcabouço, amplo e eclético, que contempla autores como Marx, Fromm, Sartre, Kosik e tantos outros, evidenciamos Frantz Fanon.

Nesse sentido, elencamos um trecho que faz correlação direta à obra de Fanon, localizado na seção intitulada: “a situação concreta de opressão e os oprimidos” no capítulo inicial da obra, anterior a conceituação de *educação bancária*. Nele, Freire (2022, p. 68) afirma: “Ordem [social] que, frustrando-os no seu atuar; muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agredem os próprios companheiros”, fundamentando-se na análise de Fanon acerca da condição do colonizado e a violência⁵ que, por um

⁵ “Frantz Fanon, Los condenados de la Tierra. México. Fondo de Cultura. 1965: “...el colonizado no deja de liberarse entre las nueve de la noche y las seis de la mañana. Esa agresividad sedimentada en sus músculos va a manifestarla al colonizado primero

“[...] maniqueísmo que rege a sociedade colonial, mantém-se intacto no período de descolonização” (Fanon, 2022, p. 47). Esse cenário é capaz de produzir, entre seus efeitos, essa violência horizontal entre companheiros, ou como expressou Fanon, “primeiramente contra os seus” (Ibid., 48).

No decorrer dessa argumentação, Fanon exprime que:

“[...] O mundo do colono é um mundo hostil, que rejeita, mas ao mesmo tempo é um mundo que causa inveja. Vimos que o colonizado sonha sempre em se instalar no lugar do colono. Não em se tornar um colono, mas em substituir o colono” (Fanon, 2022, p. 49).

Podemos traçar um paralelo com o pensamento freireano também neste aspecto, que mobiliza a educação de modo libertador para que o oprimido não se torne o opressor, mas para que aqueles que vivem em condição de opressão possam desenvolver-se como sujeitos-históricos, dotados de consciência e capazes de agir no mundo de modo a combater a opressão, transformando-o a partir de um humanismo radical. Eis um ponto de contato e factível influência fanoniana em sua obra.

Segundo Oliveira, Lima e Santos (2021, p. 411), Paulo Freire e Frantz Fanon comungam “a possibilidade de um novo humanismo e uma crítica contundente à violência colonial sustentada pela subjugação racial”. Embora Fanon não seja um autor reconhecido como referência direta no campo da educação, suas contribuições acerca do racismo, colonialismo e capitalismo são relevantes para o desenvolvimento de uma educação antirracista (Oliveira, Candau, 2010). E por mais que Freire não tenha se detido à categoria raça, seus escritos podem ser alargados nesta direção.

Trazer à baila a perspectiva de Paulo Freire, considerando que suas contribuições confluem com o pensamento fanoniano produz um panorama mais amplo e complexo para analisar o currículo oculto que fundamenta o Novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e tantos outros produtos da educação neoliberal que negligenciam a emancipação.

contra los suyos” (p. 46)” Freire (2022, p. 68).

A partir da compreensão de que Freire não apenas leu Fanon, como também se aproxima de seu pensamento⁶, a definição de *educação bancária* (Freire, 2022, pp. 80-81) é ampliada. Isto é, sua concepção pode ser compreendida para além de uma condição de classe, pois tendo em vista o engendramento colonial, as relações de opressão se complexificam em grande medida, pois a racialização dos corpos permeia a hierarquização social, que perpassa a linguagem, as condições econômicas e simbólicas de ser e estar no mundo.

Percebendo outras condições simbólicas, culturais e ideológicas que os países colonizados compreendem, sugerimos interpretar o trecho a seguir de *Pele negra, máscaras brancas* como uma ilustração da *educação bancária*. Cientes de que uma educação que não supere a conformação “bancária” e não esteja fundamentada em um projeto de emancipação será, por excelência, uma prática racista.

Nas Antilhas, o jovem negro, que na escola repete incessantemente ‘nossos pais, os gauleses’, identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca (Fanon, 2020, p. 163).

Destarte, a história da educação revela muitos ideais de sociedade que condicionaram a escola em cada época. Mesmo sem realizar uma extensa digressão, é possível compreender que

Após o crente, após o cidadão do Estado, após o homem cultivado do ideal humanista, a industrialização e a mercadorização da existência estão redefinindo o homem como um ser essencialmente econômico e um indivíduo essencialmente privado (Laval, 2019, p. 67).

⁶ Para além das referências contidas neste artigo, há outros trabalhos que se dedicam à essa aproximação de Frantz Fanon e Paulo Freire. Por exemplo, a recente dissertação de mestrado defendida em 2025 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (Universidade de Campinas), intitulada “Anticolonialismo e pedagogia libertadora: a contribuição de Frantz Fanon para Paulo Freire” defendida por José Victor Alves da Silva. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1499021>.

Ou seja, a formação perpassou a religião, o iluminismo, o estado moderno, o humanismo, a revolução industrial e por fim, o neoliberalismo, que restringe o ser humano à lógica mercantil e reduz sua subjetividade à individualidade, baseada na competição e na ação privada. Desse modo, o NEM negligencia as lutas antirracistas, afinal a identidade negra se dilui em doutrinas do mercado que naturalizam as desigualdades, as contradições e sobretudo, o racismo estrutural que alicerça todo sistema de símbolos e hierarquias sociais colonialistas e capitalistas, que condenam uma parte da humanidade à alteridade do “não ser”. Os processos denominados de uberização nos parecem exemplos elucidativos do empresariamento de si e da negação da humanidade na contemporaneidade. Mais uma vez, a alienação do negro se reproduz tanto no plano da subjugação da sua identidade quanto no plano da exploração material.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESALIAENAÇÃO DO NEGRO

[...] Energia nuclear
O homem subiu à Lua,
É o que se ouve falar
mas a fome continua
É o progresso, tia Clementina
Trouxe tanta confusão,
Um litro de gasolina
Por cem gramas de feijão.
[...] O homem é civilizado,
A sociedade é que faz sua imagem.
Mas tem muito diplomado,
Que é pior do que selvagem.
(Partido..., 1977).

O trecho deste samba de Candeia interpretado por Clementina de Jesus e Clara Nunes, evidencia que o progresso colonialista-capitalista, não contemplam as demandas periféricas dos povos racializados, inclusive dominar a ciência europeia não conduz por si só ao humanismo radical. Como o próprio Fanon reconhecia, nem a psiquiatria nem a filosofia o livrou do racismo. Portanto, o sujeito diplomado é capaz de reproduzir as violências físicas, psíquicas e simbólicas sobre aqueles que foram racialmente marginalizados.

Considerando as últimas reformas educacionais brasileiras, não residem na educação formal contemporânea caminhos que proporcionem a emancipação real acerca da condição do negro, em outras palavras, elas não objetivam a desalienação a partir de propostas antirracistas. Relembrando que, ao negligenciar a existência da identidade negra, reforça-se os caminhos para o embranquecimento. Neste sentido, Fanon (2020), que não via na glorificação a solução, entende que tão pouco o ocultamento da identidade resolverá. A dialética proposta por Fanon compreende o branco como tese, o negro como antítese, para que a síntese seja a superação das condições coloniais e capitalistas. Quando o negro se apropria do significado e não da ausência (em alteridade ao branco), é possível contestar as estruturas coloniais. Trata-se da práxis dialética de assumir a identidade negra sem se encerrar nela para construir um panorama de humanismo radical. Podemos utilizar a alegoria do veneno que contém o antídoto dentro dele mesmo, com isto queremos dizer que o racismo produziu o negro e este, ao vencer o arquétipo colonial, toma para si os caminhos necessários para a destituição das estruturas racistas.

Esse movimento de se lançar ao mundo, para reintegrá-lo e dotar a sociedade das características humanas que foram segmentadas na colonização, na tentativa de inferiorizar negro e superestimar o branco, é o que torna o ser radicalmente humano. Fanon nos deixou esse belíssimo trecho acerca deste movimento necessário e das características apagadas na tentativa de escravizar um mundo:

Eu me caso com o mundo! Eu sou o mundo! O branco jamais compreendeu essa substituição mágica. O branco quer o mundo; ele o quer apenas para si mesmo. Ele se descobre senhor predestinado deste mundo. Ele o escraviza. Estabelece-se entre o mundo e ele um vínculo apropriativo. Mas existem valores que só combinam com o meu molho. Como feiticeiro, roubo do branco “um certo mundo”, perdido para ele e para os seus. Naquele dia, o branco deve ter sentido como resposta um choque que não conseguiu identificar, tão pouco habituado que está a essas reações. É que, por cima do mundo objetivo das terras e das bananeiras ou seringueiras, eu havia delicadamente instituído o mundo verdadeiro. A essência do mundo era o meu bem. Entre mim e

o mundo se estabelecia uma relação de coexistência (Fanon, 2020, p. 141).

A educação para a desalienação passa, portanto, pela confrontação da alteridade na relação direta com o branco. O preconceito somente deixa de ser introjetado pelo negro quando ele reúne elementos de conhecimento e prática que o permitem compreender que as representações sobre ele criadas pela sociedade racista são falsas, servem a objetivos de dominação econômica, política e cultural. Seria a tarefa da nossa geração, no nosso tempo histórico, enfrentar o neocolonialismo neoliberal para superá-lo na direção do humanismo radical de que tão autenticamente nos disse Fanon?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, Valdirene Alves de. “O Novo Ensino Médio: embuste de uma reforma participativa em Goiás”. *Retratos da Escola*. v. 16, n. 34, 2022, p. 89-109.

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Tradução: Vinicius Figueira. 3ª ed., Porto Alegre; Artmed, 2006.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF: 2003.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível

médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF: 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo 2017.

DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

DUARTE, Newton. **Vygotsky e o aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Los condenados de la Tierra**. Ciudad de México: Fondo de Cultura, 1965.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as encruzilhadas**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FANON, Frantz. **Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FANON, Frantz. “**Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo**”. *SER Social*, v. 20, n. 42, 2018, p. 148-163.

FIGUEIREDO, Ângela. **Classe média negra: trajetórias e perfis**. Salvador: EdUFBA, 2012.

FIORI, José Luís. “Estado de bem-estar social: padrões e crises”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 7, 1997, p. 129-147.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo negro afrolatinoamericano: ensaios intervenções e diálogos** / Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução: Mariana Echalar. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

LENIN, Vladímir I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021

MANDUME. Intérprete: Emicida, Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike e Raphão Alaafin. Compositores: Emicida, Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike e Raphão Alaafin. *In: SOBRE Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa...* Intérprete: EMICIDA. São Paulo: Laboratório Fantasma, Sony Music. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc. Acesso em: 23 mai. 2025.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Rio de Janeiro: Pólen Livros, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de**

racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEGRO Drama. Intérprete: Racionais MC's. Compositores: Mano Brown e Edi Rock *In*: Nada como um dia após o outro. Intérprete: RACIONAIS MCs. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tWSr-NDZI4s>. Acesso em: 23 mai.2025.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. “**Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**”. *Educação em Revista*, v. 26, n. 01, 2010, p. 15-40.

OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; LIMA, Fatima; SANTOS, Abrahão de Oliveira. “Paulo Freire em diálogo com Frantz Fanon e Amílcar Cabral: racismo, subjetividade e educação”. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v. 14, n. esp., 2021, p. 410-426.

PARTIDO Clementina de Jesus. Intérpretes: Clara Nunes, Clementina de Jesus. Compositor: Candeia. *In*: AS FORÇAS da Natureza. Intérprete: Clara Nunes. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1977. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4SWw9o_-lO0. Acesso em: 23 mai. 2025.

ROCHA, Emerson F. **O negro no mundo dos ricos**: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza no Brasil com os dados do censo demográfico de 2010. Universidade de Brasília: Brasília, 2015. Tese de doutorado em Sociologia.

SANTOS, Patricia Freitas dos. O teatro sob a tempestade: uma leitura crítica de “A tempestade”, de Augusto Boal. *Sala Preta*, v. 18, n. 1, 2018, p. 85-97.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SILVA, Ileizi Fiorelli. BNCC e o ensino de Sociologia. In: BODART, C.N;
BRUNETTA, A. A. **Dicionário do ensino de Sociologia**. v. 1, 2020, p. 51-55.

Disponível em:

[https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059967/
Ileize%20BNCC.pdf](https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059967/Ileize%20BNCC.pdf). Acesso em 19 fev. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

